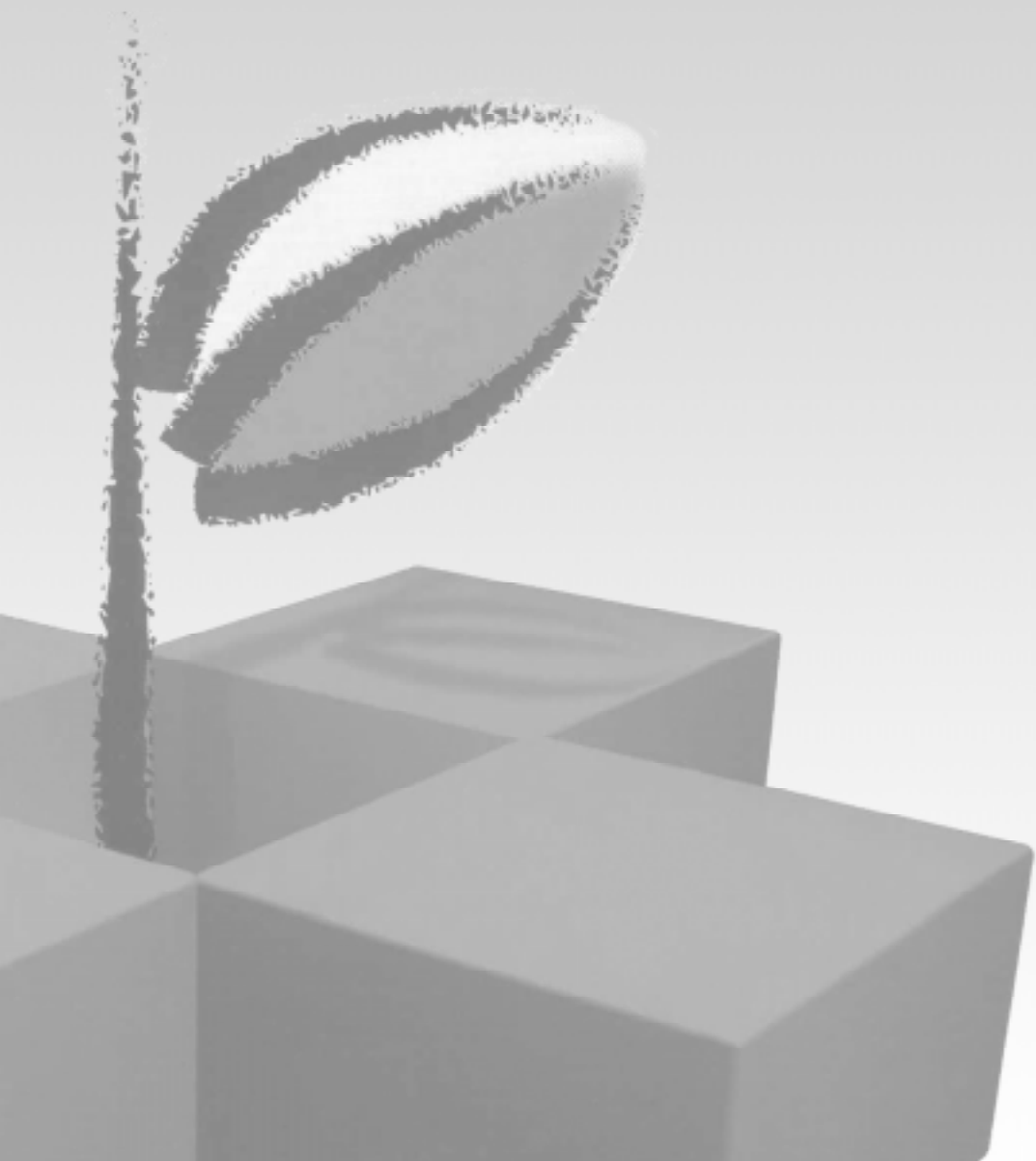


PAINEL 2



PROFAE como Política Pública: as Mudanças na Escola, na Universidade e nos Serviços de Saúde

“É legítimo que a universidade tenha sua energia dedicada apenas à elite ou ela tem também obrigações de voltar as suas energias para camadas mais amplas da população?”

Marcos Borato Viana*

Inicialmente, gostaria de agradecer o convite formulado à Universidade Federal de Minas Gerais para estar aqui participando deste painel, destacando o PROFAE enquanto política pública e seu impacto na nossa universidade.

Esta exposição está centrada em três pontos: primeiro, sobre a universidade pública no contexto internacional e nacional no momento atual. O segundo refere-se ao ensino não superior na Universidade Federal de Minas Gerais. O terceiro é o ponto central da minha exposição, diz respeito ao que concretamente aconteceu na UFMG em decorrência do seu engajamento ao PROFAE.

Para apresentar o primeiro ponto, utilizo como referência o livro *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*¹ do autor Boaventura Santos. Nesse livro, Santos discute o grande desafio que a universidade pública vem enfrentando, que é o questionamento sobre ser ela a única depositária do saber. Durante anos, a universidade foi quase que

* Vice-reitor da Universidade Federal de Minas Gerais.

¹ Nota da Relatoria Geral: SANTOS, B. de S. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1995, p. 348.



exclusivamente a sede do saber e da transmissão deste saber, e ela sempre foi muito ciosa dessa propriedade. Todavia, essa propriedade começou a ser questionada à medida que a sociedade foi se desenvolvendo.

A crise que a universidade atravessa tem pelo menos três dimensões: uma delas é esta que estou aqui referindo, ou seja, a chamada crise da hegemonia do saber. Esta crise se refere ao *Que Fazer*, ou seja, a que a universidade vai se dedicar? ela vai se dedicar apenas à alta cultura, à ciência pura, ou vai se dedicar também ao mundo do trabalho? Ela vai se dedicar somente à teoria ou vai também se dedicar à prática?

Uma outra dimensão é a chamada crise da legitimidade. Ou seja, *Para Quem* a universidade vai produzir, ela vai produzir apenas para uma elite intelectual ou vai trabalhar, também, para a sociedade como um todo? É legítimo que a universidade tenha sua energia dedicada apenas à elite ou ela tem também obrigações de voltar as suas energias para camadas mais amplas da população?

E finalmente, a terceira dimensão, que é *Como Fazer*. Este aspecto se expressa numa crise institucional. Se a universidade tinha garantido, no passado, a fonte de financiamento para desenvolver suas atividades, na conjuntura recente, ela é, muitas vezes, obrigada a procurar outras fontes de financiamento. Os perigos desta realidade são as possíveis parcerias com empresas que podem direcionar o *Fazer* da universidade.

É claro que, como em toda crise, essas contradições podem ser resolvidas dialeticamente. Creio que se, por um lado, essas contradições podem trazer desvios, por outro, elas podem trazer também grandes oportunidades para sua superação. Na minha concepção, essas contradições podem ser resolvidas se a universidade pública adotar a postura de buscar a excelência e primar pela sua relevância social, reafirmando o ser público. Isso é o que tornará possível a universidade subexistir no mundo atual, e continuar a sua trajetória, importantíssima na história da sociedade.

Todavia, temos que estar atentos para não focar apenas a relevância social, porque dessa forma estaremos perdendo um componente essencial para a universidade pública que é a sua excelência. Em suma, a questão da relevância social é tão importante quanto a questão da excelência. Nessa perspectiva, temos que fazer os dois movimentos de tal forma que eles se integrem na dimensão que referi anteriormente.

O segundo ponto que ressalto diz respeito ao ensino não superior na Universidade Federal de Minas Gerais. A UFMG possui em sua constituição legal uma escola de ensino fundamental e uma escola de ensino médio e profissionalizante. Há mais ou menos cinco anos, estamos fazendo uma grande discussão sobre o que fazer com essas escolas. No início dos debates, havia uma parcela significativa dos professores que defendia que a universidade deveria se dedicar, exclusivamente, ao ensino superior, conseqüentemente, não deveria ter as duas outras escolas que referi. Essa temática foi exaustivamente discutida em vários fóruns internos, e, no atual momento, se encontra para deliberação no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE. No decorrer do processo de discussão, foi possível perceber a mudança de opinião de alguns atores que aponta para a manutenção das escolas e a ampliação dos seus objetivos. Nesse sentido, defende-se que o campo do ensino básico e do ensino profissional, na UFMG, deve ter os objetivos voltados para ser campo de aplicação do ensino superior, de ser campo de experimentação, de pesquisa e de formação dos professores, e, obviamente, se tornar referência na área de educação. A idéia predominante, dentro do CEPE, é que a escola de ensino médio e ensino profissional seja reconhecida como uma unidade (atualmente, ela é um órgão suplementar) dedicada a esses objetivos.

O terceiro ponto refere-se ao impacto das atividades desenvolvidas pelo PROFAE na UFMG, o que poderá ser percebido através dos itens a seguir:



- Incremento de parcerias com as mais distintas instituições: Ministério da Saúde, escolas não universitárias, organizações não governamentais, entre outras.
- Mobilização dos atores internos da UFMG. O espírito e a vontade do trabalho em conjunto que muito tem caracterizado o PROFAE, sem dúvida, tem sido um exemplo para outras atividades da UFMG.
- Aprendizado sobre a gerência de grandes e complexos programas de capacitação para os serviços de saúde.
- Utilização de novos modelos didáticos. É evidente que nem tudo que o PROFAE faz é novo. Na verdade, muitas vezes, ele é novo apenas na sua forma. Todavia, conseguir revitalizar e transformar modelos antigos não é tarefa fácil.
- Preocupação com o resgate da cidadania e da pessoa como sujeito. Quer dizer, o PROFAE não é apenas um programa de treinamento técnico das pessoas. E esta é uma questão que também se remete à universidade, ou seja, se a universidade deseja formar os indivíduos numa nova concepção, ela não pode ser uma instituição que vai formar novas pessoas apenas sob o ponto de vista técnico. Ela tem que formar cidadãos. E é nessa perspectiva que o PROFAE traz a discussão sobre a formação no trabalho, mostrando que a dicotomia entre trabalho e educação é falsa, pois ambos são complementares. Esta é uma característica importante do PROFAE e que a UFMG tem se apropriado e pode transportá-la para outras situações e atividades da instituição.
- E, finalmente, o último ponto, que é a opção pela educação inclusiva. Se a universidade deseja ser uma nova universidade, ela, realmente, tem que

procurar fazer com que um maior número de pessoas possa ser incluído dentro do sistema. A UFMG tem procurado esses caminhos. Brevemente, será realizado um seminário para discutir a “Inclusão na UFMG”. Essa discussão pressupõe, também, a manutenção dos alunos dentro da escola.

Finalizando, encerro a minha apresentação, mais uma vez agradecendo o convite e a oportunidade.

“O sucesso do PROFAE deve-se à abertura de uma escuta resultante dos vários momentos em que ele se apresentou à sociedade”

Ricardo Burg Ceccim*

Nesta exposição, gostaria de refletir sobre o significado que pode ter a formação de pessoal quando tomada como uma política pública de saúde. Dito de outro modo, tentarei discutir na política pública de saúde a formação profissional e, dentro desta, a especificidade do projeto tecnopolítico da formação de pessoal da área de enfermagem que configura o Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem – PROFAE. Abordarei propostas que já estão absolutamente consumadas como, também, aquelas que ainda são o desafio. Enfocarei, ainda, o grande desafio atualmente colocado para as escolas técnicas de saúde: o seu fortalecimento. Se, por um lado, essas escolas são motivadas e estimuladas a atenderem a

* Na época, diretor da Escola de Saúde Pública do Rio Grande do Sul.

demanda apresentada pelo PROFABE como um projeto nacional e, por isso mesmo, apoiadas em programas de modernização, reforma e ampliação; por outro lado, elas têm tarefas que lhes são próprias e que pertencem ao projeto político-pedagógico a ser desenvolvido institucionalmente e na sua inserção locorregional.

Para sistematização desta exposição, listei treze pontos de reflexão e procurarei ser breve na minha abordagem, uma vez que, como pontos de reflexão, o curso dessas idéias será dos agentes de pensamentos envolvidos com a rede de escolas técnicas.

O primeiro ponto se refere à relação entre políticas públicas de formação profissional em saúde e a visão de sistema de saúde. Quero ressaltar que é preciso relacionar a formação dos profissionais com seu ingresso num dado sistema de saúde. Por exemplo, se nos perguntarmos sobre que sistema de saúde desejamos montar ou sobre que qualidade de atenção à saúde desejamos configurar, deverá ser possível responder: com a educação profissional que estivermos oferecendo. Um projeto pedagógico voltado ao ensino e às práticas, tanto quanto um perfil à subjetividade dos profissionais e um perfil às competências, deve ser incluído em nossas perspectivas.

O segundo ponto diz respeito à necessidade de termos clareza sobre qual sistema de saúde estamos falando. No caso do PROFABE, referimo-nos à perspectiva de fortalecimento do Sistema Único de Saúde. Nesse sentido, a formação de pessoal tem uma relevância que é estrutural: formar pessoas para a agenda estratégica de reforma sanitária brasileira.

O terceiro ponto refere-se ao reconhecimento dos eixos estruturantes do Sistema Único de Saúde: *Gestão, Atenção, Formação e Controle Social*. A discussão sobre o componente “Gestão do Setor de Saúde” costuma ser preterida em relação ao componente “Atenção à Saúde”, o que é um equívoco, pois a gestão constitui um grande desafio para o processo de fortalecimento da descentralização e da regionalização

da assistência, da condução setorial e das possibilidades à participação popular, tornando a atenção à saúde correspondente às características demográficas, epidemiológicas e culturais de cada lugar e mais compromissada com o debate das políticas públicas de cada grupo social. Este processo exige que se organize um conjunto de ações e de informações próprias do componente da gestão (planejamento, auditoria, controle, avaliação, financiamento, regulação, formulação de políticas às áreas técnicas, cooperação técnica e operacional etc.).

Na verdade, são dois eixos complementares: o eixo da gestão significa pensar, propor e implementar o Sistema e o eixo da atenção significa qualidade do cuidado, o tratamento, a promoção à saúde e a vigilância da saúde. Quando coloco a formação como um dos eixos estruturantes, estou ciente de que levanto uma luta pela educação dos profissionais de saúde, pois são várias as pessoas que defendem a formação como atividade meio e não como atividade fim. No entanto, eu aprendi nesses últimos anos a entender a “formação dos recursos humanos” como uma atividade finalística. Embora seja determinada pelo sistema de saúde, ela também condiciona o sistema de saúde. Por fim, o controle social, peça chave na criação, implantação e evolução do Sistema Único de Saúde, é a principal arma de defesa da democracia, donde sobressai a maior defesa pela qualidade da formação do pessoal de saúde e para onde devemos levar o trabalho desse setor.

No quarto ponto, destaco a atuação do PROFAE na ruptura com os esquemas tradicionais de treinamento em serviço para o pessoal de nível médio ao mesmo tempo em que realiza a promoção da habilitação profissional desse segmento de trabalhadores. Se para os trabalhadores das profissões de nível superior sempre se ofereceu o ensino universitário para efetuar o emprego na rede de serviços, para o pessoal de nível médio se supunha empregar e depois “treinar”. Não por acaso, tantos trabalhadores foram encontrados em serviço sem a habilitação



profissional correspondente. O PROFABE abriu esse debate com o conjunto da sociedade, na medida em que promoveu o fortalecimento das escolas técnicas e possibilitou a formação profissional para os trabalhadores que estão inseridos nos serviços de saúde.

Como quinto ponto, resalto a importância das alianças. Quando se pensa ou gerencia um projeto de formação com a abrangência do PROFABE, além de um amplo arco de alianças, há a necessidade de que se produzam conceitos e práticas com legitimidade para a organização ou reordenamento do projeto de formação. Para isso, é necessário que se promova a interação entre os gestores, trabalhadores de saúde e educadores. Essa interação significa a escuta, o diálogo e a interlocução. Naturalmente, é preciso que se escute o conjunto de parceiros para que sejam produzidas as necessárias mudanças, atualizações ou correções de percurso nos projetos em execução. Eu entendo que os fóruns e reuniões que foram promovidos, ao longo desses anos de existência do PROFABE, produziram muita informação ao projeto. Acredito que muito do sucesso do PROFABE deve-se à abertura de uma escuta resultante dos vários momentos em que ele se apresentou à sociedade. No atual estágio de implantação do SUS, é indispensável para a consecução da legitimidade do PROFABE que ele continue sendo discutido com gestores municipais e estaduais de saúde, gestores da educação, órgãos corporativos das profissões de enfermagem, conselhos de saúde e de educação no âmbito federal e dos estados e com o setor do trabalho.

O sexto ponto refere-se ao público objetivo da educação profissional: o segmento do ensino médio. Este segmento que representa mais da metade dos trabalhadores de saúde do País é o segmento mais afastado das possibilidades de acesso à educação continuada ou permanente. Garantir essas possibilidades constitui-se um verdadeiro avanço.

O sétimo ponto é sobre a importância e a necessidade de as escolas técnicas do SUS investirem na pesquisa e na documentação. É preciso que essas escolas adquiram uma

cultura de produção de conhecimento e não só de implementação de cursos. Costumamos pensar a pesquisa como objeto precípua da universidade; sem dúvida, é uma tarefa da universidade, mas, também, precisa ser uma tarefa das escolas técnicas. As demandas de produção de conhecimento não são menores na educação técnica.

No oitavo ponto, destaco que todo projeto de formação opera com um ideal de serviços ou com um ideal de saúde das populações. Nessa perspectiva, defendo a orientação de pesquisa e documentação para fortalecer esse ideal e para dar visibilidade a ele. É necessário, no caso da educação de profissionais para o Sistema Único de Saúde, reconhecermos como parte do ensino, pesquisa e extensão dois princípios indiscutíveis: ampliar a democratização e a equidade, desenvolvendo processos e mecanismos de crítica e de prática, tendo em vista o acesso, a integralidade da atenção e a resolutividade do cuidado.

O nono ponto diz respeito aos perfis que desejamos dos alunos ou dos egressos dos nossos cursos de formação. Acho fundamental que este debate seja realizado com os trabalhadores, com os gestores e com a sociedade. Essa discussão deve ter como premissa a ampliação da autonomia do fazer e do pensar o fazer.

O décimo ponto que resalto é a própria idéia de política. A política só pode ser chamada assim se as suas fronteiras são permeáveis e flexíveis o suficiente ao contato com os movimentos de mudança na sociedade e às mutações exigidas em cada caso. Se essas fronteiras são rígidas, nós estaremos falando em ação programática e não em política. A política pode e deve ganhar múltiplos e diferentes contornos a cada momento. Todavia, sem dúvida, este é um grande desafio: aceitar que muitas mudanças podem e devem acontecer. Se estivermos falando em política de formação de pessoal em saúde, devemos lembrar que esta deve ser relacionada com as políticas de saúde. Por exemplo: a inserção do auxiliar de consultório dentário no processo



de formação deve considerar a cobertura de saúde bucal, que é a menor do País. A pequena cobertura indica a importância de se investir nessa formação. É preciso que este profissional exista para ser absorvido pelos serviços de saúde.

No décimo primeiro ponto, volto a destacar a questão da formação de recursos humanos tendo em vista o fortalecimento dos sistemas municipais de saúde e a regionalização da atenção à saúde. O município é o maior empregador do trabalhador do segmento de nível médio, portanto, garantir a existência de profissionais habilitados, para serem inseridos nos serviços municipais, é um desafio que também diz respeito às escolas técnicas.

O décimo segundo ponto segue a mesma linha do anterior, ou seja, formar para os serviços municipais de saúde. E, aqui, nesse caso, as escolas, junto com a gestão dos sistemas municipais, não deveriam ter a preocupação de focalizar unicamente a formação para o Programa Saúde da Família. Defendo que, ao planejar os processos de formação, devemos levar em consideração o conjunto dos serviços municipais e todos os profissionais envolvidos nesses serviços. Defendo que as escolas técnicas poderiam atuar em atividades de extensão e, portanto, chamarem a sociedade ou os trabalhadores de saúde para projetos nessa modalidade.

No décimo terceiro ponto, resalto o desafio do PROFAE para se tornar política pública permanente. Este projeto vem desenvolvendo um grande leque de ações importantes como, por exemplo, a formação pedagógica do formador, o fortalecimento e a modernização da rede de escolas técnicas, as pesquisas sobre o mercado de trabalho em saúde e o sistema de certificação, entre outras atividades. Ao olhar para trás, percebemos que já superamos vários desafios, no entanto, ainda temos o grande desafio de consolidar a formação profissional em saúde como política pública, enfocando o trabalho deste segmento de trabalhadores.

Para concluir, então, quero informar que cerca de 56% dos trabalhadores do setor da saúde são do nível médio. E está na hora de colocar em evidência a mais contundente política pública de formação de pessoal das profissões técnicas de saúde: profissionalizar e estabelecer a educação permanente dos trabalhadores; qualificar a rede de escolas e os formadores; qualificar o trabalho no SUS.

“O PROFAE trouxe a conscientização ética e humana, para o nosso trabalho”

Andressa Silva dos Santos*

Sou técnica em enfermagem formada em outubro de 2002, pela Escola de Enfermagem de Natal da UFRN, executora do PROFAE. Fiquei surpresa com o convite para participar do 1º Fórum Nacional do PROFAE, ocasião em que daria meu depoimento de aluna me reportando ao primeiro dia de aula e lendo trechos do discurso de Colação de Grau do Curso de Técnico em Enfermagem, no qual um grupo de alunos opinou retratando a satisfação de ser “aluno PROFAE”.

O curso começou no dia 08 de abril, pela manhã, e muitos alunos chegaram à Escola cansados e com sono, pois haviam trabalhado durante a noite. Ao chegarmos à sala, encontramos pessoas cansadas e mal-humoradas. Ao conhecermos nossa professora, ela nos propôs uma dinâmica para saber sobre as nossas expectativas acerca do curso, a maioria escreveu que achava que o curso iria ser chato,

* Na época, aluna do Curso de Profissionalização e Escolarização. Cadastrada no PROFAE/FUNPEC/Escola de Enfermagem de Natal-RN.

cansativo e que talvez não conseguisse concluí-lo. Passado esse primeiro momento, a professora nos falou sobre ética e um dos temas abordados foi a “Lei de Gerson”, ou seja, a de “levar vantagem em tudo”. Essa discussão gerou um clima de interesse na turma e, a partir desse momento, novas amizades começaram a se formar. Muitos já se conheciam, mas não tinham aproximação, outros se conheceram naquele momento inicial do curso.

Na sala de aula, embora houvesse diferenças de idade e de experiências, conseguimos nos integrar. Alguns alunos já não freqüentavam a escola há mais de 20 anos e não tinham perspectivas de voltar a estudar. No entanto, reaprenderam a estudar, refletir e debater com os colegas e professores. Sempre que encontro esses amigos, eles perguntam: quando haverá novamente cursos promovidos pelo PROFAE?

Agora relatarei uma síntese do discurso proferido por ocasião da Colação de Grau, realizada no dia 18 de novembro de 2002.

Concluimos o Curso de Complementação de Auxiliar de Enfermagem para Técnico em Enfermagem, no qual tivemos a oportunidade de rever nossas habilidades e competências ética, técnica e política. Adquirimos e consolidamos novas experiências, formando amizades e aprendendo que a enfermagem, além de profissional, tem que ser cidadã e humana, pois humanizar é trabalhar respeitando o próximo, dar o melhor de si para o bem-estar daqueles que cuidamos. Aprendemos com os colegas de sala o companheirismo e a troca de experiência; com os mestres vivenciamos uma metodologia inovadora e objetiva que gera a necessidade da atualização e da aprendizagem contínua. Vimos que nós, da área de enfermagem, nos tornamos muitas vezes os únicos que mais se aproximam do paciente e é nesse momento que damos suporte emocional, proporcionando conforto, bem-estar físico e psicossocial. Conseguimos mostrar que é possível mudar, prestando uma assistência humanizada, competente, correta e segura.

Estamos convictos de que não foi em vão voltar à sala de aula e termos a oportunidade de *aprender a aprender* e de *aprender a ser*, tendo como foco principal o atendimento de qualidade, apesar das dificuldades político-financeiras pelas quais passa o País. Estas dificuldades, conseqüentemente, têm gerado problemas no setor da saúde, levando-nos a improvisar em hospitais superlotados, com escassez de profissionais, medicamentos, materiais e equipamentos. Entretanto, surge uma nova esperança a partir do próximo ano, acreditamos numa nova direção para o País, que prioriza as necessidades básicas da sociedade, sobretudo a educação, a saúde e o trabalho, visando melhorar a qualidade de vida da nossa gente.

Sabemos que a expectativa maior é a união de todos os congressistas para aprovar as grandes reformas que a sociedade almeja, entre elas: a Reforma da Previdência Social, a Reforma Tributária e Política, para que o Brasil volte a se desenvolver, superando assim a herança histórica de desigualdade e exclusão social.

O PROFAE representa para a enfermagem um projeto de inclusão dos seus trabalhadores visando a melhoria da qualidade da assistência prestada, o fortalecimento da nossa profissão e do Sistema Único de Saúde.

Não estamos sozinhos. Juntos, temos a capacidade e a competência de fazer valer nossos ideais. Vamos cumprir a nossa parte da melhor maneira possível, pois somente assim seremos a diferença e a mudança!

O PROFAE trouxe a conscientização ética e humana, para o nosso trabalho, nos mostrou que é possível trabalhar e estudar, pois a metodologia inovadora, aplicada no curso, facilita o entendimento e o aprendizado de forma simples e objetiva, mostrando que é possível ao indivíduo se qualificar, voltando para a sala de aula, aprimorando seus conhecimentos, mudando conceitos e resgatando valores. Não foi fácil vencer os obstáculos, mas uma vez vencidos, temos a certeza de que valeu a pena voltar a *aprender a aprender*.



A segurança que os professores nos passaram foi muito proveitosa, hoje sou uma profissional renovada, me defino antes e depois do PROFAE. Tenho uma nova visão, procurando ser a mais correta possível, e sei que muitos colegas também mudaram e outros estão mudando.

Espero, em nome dos novos técnicos de enfermagem formados pelo PROFAE, que iniciativas como esta continuem a existir, possibilitando a nós, trabalhadores da enfermagem, as oportunidades de continuar a nossa qualificação.

“A dificuldade que mais nos angustiou e motivou foi a descoberta da necessidade de quebrar paradigmas e incorporar o exercício de aprender a aprender”

Solane Maria da Costa*

Sou uma das 183 concluintes do curso de especialização – Formação Pedagógica em Educação Profissional na Área de Saúde – realizado recentemente no Rio Grande do Norte.

A minha exposição versa sobre a avaliação do curso na percepção dos alunos, apresentada no seminário de encerramento ocorrido no mês de outubro de 2002.

Para a maioria dos alunos, fazer esse curso representava um desafio. Porém, lembrando Paulo Freire quando dizia: “Sem o mínimo de esperança, não podemos sequer começar o embate. Mas sem o embate a esperança se desarvora, se intimida e se torna desesperança”, fomos com vontade e

* Enfermeira. Na época, concluinte do Curso de Especialização em Formação Pedagógica em Educação Profissional na Área de Saúde:Enfermagem- ENSP/FIOCRUZ – UFRN.

persistência superando os desafios, à medida que o curso ia acontecendo.

A primeira dificuldade vivenciada foi o retorno ao hábito de estudar com regularidade, considerando que o cotidiano do trabalho nos serviços de saúde dificultava a participação dos alunos em processos educativos. Foi preciso muita organização e disciplina para as leituras, a realização dos exercícios e o cumprimento dos prazos para entrega dos trabalhos. É importante ressaltar que, em estudo feito sobre o perfil dos alunos, foi identificada a sobrecarga de trabalho em expressivo número de participantes do curso.

Uma outra dificuldade se apresentou pela falta de experiência dos alunos em participarem de cursos a distância, sem cobrança presencial do professor em sala de aula. Nos cursos presenciais, o convívio em sala de aula estimula a permanência no curso. No ensino a distância, a ausência desse convívio pode propiciar o distanciamento dos pares. A comunicação prioritária com o tutor e o não-contato com os colegas pode transformar o aprendizado em uma experiência muito solitária. Isso exigiu mudança na cultura do processo de aprendizagem, sedimentada ao longo dos anos pelo estudo anterior.

E por último, a dificuldade que mais nos angustiou e motivou, a descoberta da necessidade de quebrar paradigmas, desconstruir velhos conceitos, construir novos e incorporar o exercício de aprender a aprender, que significou um processo constante de aprendizado para alcançar a condição de aprender a ensinar.

De acordo com a avaliação realizada, o curso alcançou os objetivos, promoveu suporte teórico e possibilitou a aptidão não somente para formar novos auxiliares e técnicos, mas extensiva ao exercício da docência em outros campos de ensino. Mereceu destaque a atuação dos tutores, a forma como conduziram o curso e a relação que estabeleceram com os alunos. O monitoramento, a flexibilidade, a disponibilidade e o apoio foram fundamentais para o êxito de todo o processo.

Como sugestão, apontamos: realização de um momento presencial, após cada módulo, com a finalidade de uniformizar



o entendimento do módulo, além de dirimir as dúvidas existentes; realização de outros cursos possibilitando ampliação do quadro de docentes formados; continuidade do processo educativo com o mestrado profissionalizante.

Para finalizar, passarei a ler a carta dos alunos elaborada para a conclusão do nosso curso.

Caros colegas:

Tenho o prazer de aproveitar esta oportunidade para ler a carta denominada “Carta da Conclusão do Curso de Especialização em Formação Pedagógica em Educação Profissional na Área de Saúde: Enfermagem”. Falar-lhes da alegria por ter participado deste curso que, no nosso entendimento, representa mais um momento de edificação da rede para sustentabilidade do Sistema Único de Saúde. Tecer a renda deste tecido com várias mãos é para nós todos uma grande honra, sobretudo, uma grande responsabilidade. A nosso ver, a missão é desafiar as impossibilidades, e nisto parece que somos mestres.

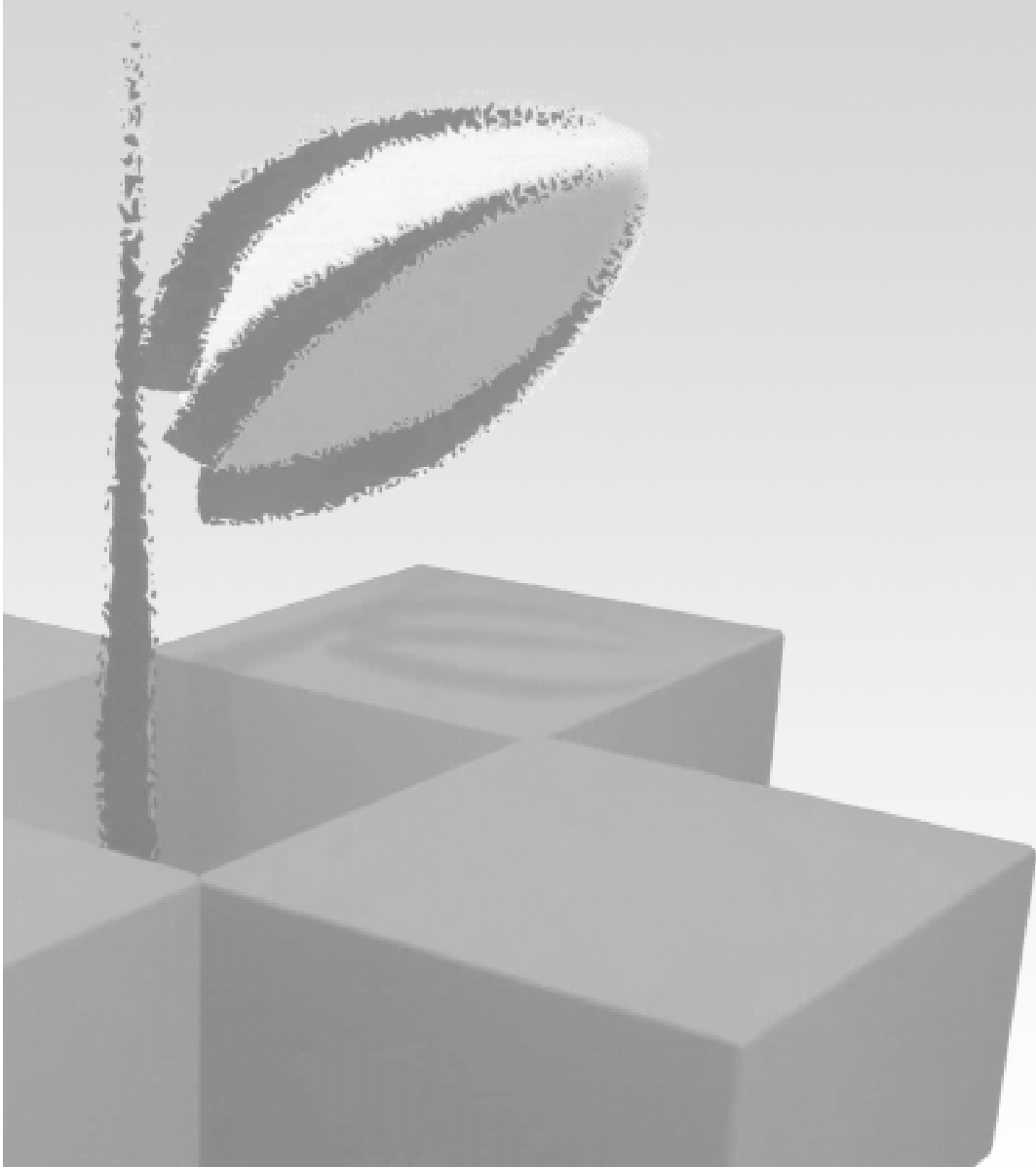
Desejamos aproveitar este momento para refletir sobre algumas questões. O que mudou em nós, no decorrer deste curso, na junção das forças e no embate recriador do mundo? Podemos afirmar que hoje temos uma visão de futuro ampliada? Temos a convicção na capacidade de gerar mudanças? A clareza de propósitos pessoais e institucionais? O potencial de redesenhar os projetos / programas / planos, objetos do nosso trabalho? Somos mais flexíveis no entendimento do processo ensino-aprendizagem? Mais harmônicos, coesos, participativos e determinados? Muito mais firmes na interpretação da realidade, adaptando-nos aos fatos imprevisíveis? Mais corajosos no exercício da paciência pedagógica de saber ouvir e falar na hora certa? Por fim, podemos afirmar, com a maior das convicções, que este grupo, pioneiro deste curso de especialização, sai daqui como homens e mulheres capazes de compreender melhor a responsabilidade social de transformar os trabalhadores ocupacionais em

profissionais na área da saúde? Em que acreditamos e partilhamos enquanto compromisso ético e moral na edificação dessa nova proposta metodológica de aprender a ensinar? Acreditamos profundamente que o problema da saúde e educação não está nas pessoas que trabalham, mas sim, no sistema com que trabalham? Finalmente acreditamos profundamente na equidade, na igualdade de oportunidades para todos os cidadãos brasileiros?

Não queremos que estas reflexões sejam apenas indagações, mas a capacidade cotidiana de pensarmos os nossos rumos de forma que a paisagem de um mundo melhor seja construída nos pilares de uma nova ética, justiça e solidariedade. E é neste olhar que temos a convicção de que somos parte integrante desta grande onda de valores e crenças, revitalizados nos movimentos em defesa de um Brasil mais justo e feliz.



CORREDORES TEMÁTICOS



Educação, saúde e sociedade

Propósito

O corredor temático “Educação, saúde e sociedade” teve como propósito discutir as transformações que ocorrem no Sistema Único de Saúde e a inserção do PROFAE nesse contexto.

Metodologia

Os participantes do corredor foram distribuídos em três grupos de trabalho, compostos por 20 membros cada, contando com a representação de professores, alunos e gestores. As discussões foram realizadas a partir de dois subtemas e orientadas por termos de referência especialmente elaborados para o evento, além de questões norteadoras para cada subtema. Os moderadores e relatores das oficinas contaram ainda com o apoio de indicações bibliográficas para subsidiar as discussões.

Os grupos de trabalho procuraram debater as tendências de mudanças do modelo de atenção à saúde e os desafios colocados para a construção de perfis profissionais, as subáreas profissionais prioritárias e o papel das escolas técnicas do Sistema Único de Saúde. Privilegiou-se também o debate em torno dos referenciais pedagógicos e metodológicos da educação de adultos trabalhadores do PROFAE, em especial a relação entre os saberes adquiridos no trabalho e os saberes sistematizados pela instituição escolar e as alternativas do trabalho pedagógico.

Sendo assim, o corredor foi organizado em dois subtemas:

- Modelo de Atenção à Saúde e Perfil Profissional.
- Educação de Adultos Trabalhadores: referências pedagógicas e metodológicas.



Debatendo os subtemas e fazendo proposições

Subtema 1: Modelo de atenção à saúde e perfil profissional

Este subtema foi problematizado através das seguintes questões norteadoras:

- a) *Quais os desafios para a construção de perfis profissionais adequados ao modelo de saúde que tem como base o conceito de vigilância à saúde?*

Foram ressaltados a importância do processo de municipalização/descentralização das ações de saúde e o aumento de recursos financeiros para a atenção básica, apesar de ainda insuficientes, como fatores importantes para avançar em direção à reversão do modelo de saúde centrado na assistência hospitalar.

Os participantes dos grupos de trabalho enfatizaram a necessidade de se assumir o conceito de vigilância em saúde como eixo norteador para a mudança de paradigma do modelo de atenção à saúde, compreendendo não apenas a atenção básica, mas os demais níveis de assistência. Esse modelo deve reconhecer os perfis epidemiológicos e sociais regionais e a necessidade de o profissional compreender não apenas o seu processo de trabalho, mas também o seu próprio papel na sociedade, podendo, assim, orientar e relacionar-se com o usuário, e apreender uma nova concepção de saúde; colocar o profissional de saúde muito mais próximo do usuário dos serviços; pressupor a participação da comunidade na definição das prioridades da assistência local, exigindo que o planejamento leve em conta as necessidades do usuário; pressupor ações intersetoriais e exigir o compartilhamento das ações entre profissionais de saúde, ou seja, o trabalho em equipe.

O Programa Saúde da Família foi considerado um marco importante enquanto estratégia de reorientação do modelo de saúde. Todavia, foi identificada uma série de dificuldades para a sua operacionalização, entre as quais: a alta rotatividade dos profissionais, a insuficiência de vagas na assistência, o desprestígio

dos trabalhadores de nível auxiliar e elementar, a pouca capacitação, e as ações de caráter clientelistas que não levam em consideração o projeto nacional e constitucional do SUS.

Foi reconhecida a importância do investimento que vem sendo realizado na formação de recursos humanos, particularmente pelo PROFAE, contudo, eles ainda são suficientes para concretizar uma nova política de saúde e superar graves questões relacionadas à organização dos serviços e aos processos gerenciais que devem ser enfrentados.

Do ponto de vista da educação profissional dos trabalhadores técnicos em saúde, foram debatidos alguns pontos. Em primeiro lugar, foi enfatizado que as novas práticas de educação profissional devem estar associadas à concepção ampliada de saúde que considere as necessidades do usuário.

Nesse sentido, “a questão principal na formação é deslocar a centralidade da técnica no processo de ensino-aprendizagem”, sem desprezá-la. É necessário desenvolver, além do *saber fazer*, competências éticas, psicológicas, sociocomunicativas, gestonárias, políticas e de cunho investigativo tanto da prática profissional como da realidade de vida dos usuários.

A idéia central que norteia essa discussão é a de que a formação técnica daquele que vai atuar na área de enfermagem, e no setor saúde de maneira geral, também deve ser uma formação cidadã. “O PROFAE trabalha com o adulto trabalhador, esse aluno precisa estar preparado para estabelecer as relações entre a doença e a realidade de vida das pessoas. Já não basta se guiar só pela técnica, mas levar em conta o perfil epidemiológico e o social. Além disso, o aluno precisa levar o usuário a ter um papel propositivo junto aos Conselhos”.

Os participantes entendem que essas questões, ou, de forma ampla, o desenvolvimento desse modelo de formação exige uma ação de mão dupla: de quem está sendo formado e do formador. Nesse sentido, apontam para a importância do papel do professor nesse processo de construção de uma qualificação profissional mais complexa, pois uma das dificuldades encontradas é a postura daqueles professores que falam em



mudanças, mas utilizam em sala de aula o método pedagógico tradicional, vertical e nada participativo. Além disso, apesar de o modelo de formação do PROFAE estar voltado para a Promoção da Saúde, ainda ocorre uma formação que privilegia as ações curativas, o que dificulta/impede o aluno de lidar com a diversidade de aspectos relacionados ao trabalho em saúde.

O próprio desenvolvimento do trabalho em equipe, que deve se iniciar no interior da escola, fica assim prejudicado. Para os participantes, a elaboração de um outro conceito de saúde exige pensar um novo modelo organizacional do trabalho, em que a equipe trabalhe de forma cooperativa, valorizando todos os saberes. E nesse sentido, além da complementaridade das ações, é necessário compartilhar o poder.

De todo modo, os participantes reconhecem que os cursos do PROFAE têm contribuído para mudar a postura dos alunos, para uma maior consciência na execução do trabalho, dos seus direitos como trabalhador, bem como em relação a um atendimento mais humanizado. Por outro lado, reconhecem também avanços no trabalho docente a partir da operacionalização dos cursos de Formação Pedagógica do PROFAE, que, ao mudarem a postura do professor, influenciam a formação discente, pois “já se percebe um aluno mais reivindicativo, reclamando dos seus direitos, exercendo sua cidadania”.

A partir dessas discussões, foram apontadas as seguintes proposições:

- Fortalecer as relações com os sistemas municipais de saúde.
- Compreender a capacitação como instrumento e estratégia de pactuação e construção de consenso para a formulação e implementação de políticas públicas, entre gestores, agentes, executores e formadores.
- Reconhecer os gestores, executoras/operadoras, agências regionais, alunos e usuários como atores importantes para a formulação e implementação de políticas de formação de RH em saúde.

- Introduzir na graduação, principalmente de enfermagem, a discussão de novos paradigmas para a saúde e a educação de jovens e adultos.
- Repensar a práxis, identificando novos campos de estágio, buscando tornar coerente o conteúdo de ensino e a prática dos alunos, considerando que as unidades hospitalares ainda são um campo de prática privilegiado.
- Discutir o processo de formação com os diferentes atores que ordenam a prática, no sentido de garantir coerência e consistência no processo de formação.
- Dar continuidade ao processo de qualificação escolar do auxiliar, habilitando-o como técnico de enfermagem.
- Consolidar os mecanismos de sustentabilidade da formação em enfermagem.
- Promover a compreensão da formação técnica, enquanto formação cidadã, daquele que vai atuar na área de enfermagem e no setor saúde de maneira geral.

Quanto à construção dos perfis profissionais:

- Discutir o perfil profissional, tendo em vista a construção do projeto de organização do modelo de saúde, não se limitando às demandas imediatas do mercado.
- Deslocar a centralidade da técnica no processo de ensino-aprendizagem, sem desprezá-la, mas desenvolvendo, além do saber fazer, competências éticas, psicológicas, sociocomunicativas, gestonárias, políticas e de cunho investigativo tanto da prática profissional como da realidade de vida dos usuários.
- Incorporar na discussão do perfil as questões de gênero, pois a prática do cuidado é um trabalho eminentemente feminino e precisa ser valorizado.



- Discutir os perfis profissionais articulados à formulação de Planos de Cargos e Salários. Esta articulação permitirá valorizar e reconhecer o processo de formação.

b) Quais as áreas profissionais em saúde prioritárias?

Os participantes entendem que o trabalho que vem sendo realizado de qualificação profissional/habilitação profissional na área de enfermagem deve ser estendido para outras subáreas profissionais. Dentre essas, elencaram-se as seguintes áreas prioritárias:

1. Bodiagnóstico.
2. Farmácia.
3. Hemoterapia.
4. Nutrição e Dietética.
5. Radiologia.
6. Registros e Informações em Saúde.
7. Saúde Bucal (THD e ACD).
8. Vigilância em Saúde e Ambiental.

Essas áreas profissionais estão de acordo com aquelas definidas pelos Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico em Saúde, elaborado pelo Ministério da Educação. Entretanto, os participantes incluíram também o Agente Comunitário de Saúde – ACS –, Saúde do Idoso e Saúde Mental. No primeiro caso, a inclusão reflete a preocupação dos grupos de trabalho com o imenso contingente de ACS cadastrado no PROFAE. Nos dois últimos casos, as discussões não definiram se devem ser consideradas como áreas profissionais com cursos auxiliares e/ou técnicos, ou se seriam cursos de aperfeiçoamento ou especialização da área de enfermagem.

c) Qual o papel estratégico que as Escolas Técnicas de Saúde do SUS devem exercer nessa nova configuração, considerando a perspectiva de se tornarem Centros de

Referência Estaduais de Educação Profissional em Saúde?

Considerando que o Estado é responsável pela regulação e ordenação das Políticas Públicas, cabe às Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde – ETSUS – a responsabilidade de fomentar e regular a necessidade de educação profissional em saúde; monitorar a criação de novas ocupações e as exigências de registros profissionais, bem como participar da formulação de parâmetros curriculares que orientem a educação profissional em saúde. Para o alcance de um dos seus principais propósitos, que é ser referência para os demais órgãos formadores, elas devem exercer um papel ativo no processo de mudança, articulando e liderando, nos seus estados, os atores envolvidos com as questões da formação do trabalhador de nível médio; fazendo a identificação de áreas profissionais em saúde prioritárias para o SUS e construindo novas propostas pedagógicas.

Foi ressaltado o relevante papel que as ETSUS têm na construção do novo perfil profissional adequado ao novo modelo de saúde do SUS e, para o fortalecimento desse papel, foram identificadas as seguintes proposições:

- Estabelecer parcerias com as escolas públicas e privadas, com as prefeituras, com os consórcios intermunicipais, considerando que essas parcerias são fundamentais para a realização da formação profissional de maneira descentralizada, viabilizando-a naqueles locais onde as escolas técnicas não têm uma atuação direta.
- Considerar as diversidades locais e regionais na elaboração do projeto político-pedagógico, buscar alternativas de financiamento das propostas de qualificação profissional, realizar pesquisas de mercado de trabalho regional para subsidiar a definição de áreas profissionais prioritárias e desenvolver outros tipos de pesquisas.



- Fomentar a visão do social e a construção e reconstrução do trabalhador cidadão, seu saber científico, seu saber fazer, sua capacidade de atuação e de crítica.
- Promover a participação da comunidade escolar (docentes e discentes) e dos pais na construção do projeto político-pedagógico, mobilizando-os para que a proposta reflita a realidade local e com base em estratégias apropriadas para sua implementação.
- Buscar mecanismos de fomento governamental para garantir sua sustentabilidade e captar recursos externos.
- Consolidar a rede de ETSUS, de forma que ela se constitua num instrumento de incentivo à formação e de socialização do conhecimento entre seus membros, procurando garantir o fortalecimento e sustentação das escolas junto ao SUS, dando visibilidade às ações implementadas e potencializando o desenvolvimento de pesquisas no campo da educação profissional em saúde e mercado de trabalho.

Subtema 2: Educação de adultos trabalhadores **Referências pedagógicas e metodológicas**

- a) *Quais os principais aspectos pedagógicos e metodológicos centrais a serem considerados na educação de adultos trabalhadores?*

A clientela atendida pelo PROFAB é, fundamentalmente, composta por alunos que, por diversos motivos, interromperam sua trajetória educacional e voltaram à escola depois de longos anos de ausência nos bancos escolares. A sua formação foi construída, basicamente, em espaços sociais como o trabalho, a família, a igreja, o sindicato, entre outros. São pessoas adultas que possuem uma avaliação negativa em relação à escola e à sua própria capacidade de aprender. Comumente se encontram

inseguras no recomeçar a aprendizagem e se mostram carentes de um processo que promova sua auto-estima e sua capacidade de aprender. Nessa perspectiva, foram apontados alguns aspectos que devem ser considerados na educação do adulto trabalhador:

- Valorizar a experiência do adulto trabalhador, tanto no aspecto profissional quanto social é uma condição essencial para motivar o aprendizado do aluno. Essa valorização é o pressuposto para uma educação humanizadora, ou melhor dizendo, para o reconhecimento do adulto trabalhador enquanto *sujeito do saber*.
- Negar a visão preconceituosa, estigmatizada que enxerga o aluno adulto como *deficiente cultural*, como incapaz de ter uma relação de aprendizagem e construção de conhecimento. As pessoas possuem saberes diferentes, relacionados às suas práticas como usuários e como profissionais pertencentes a determinadas regiões, portanto, é preciso criar espaços e procedimentos no quais se possa privilegiar o diálogo, interagindo e confrontando saberes diversos.
- Flexibilizar tempos e espaços escolares tendo em vista garantir que o aluno trabalhador possa frequentar as aulas (logicamente respeitando as exigências legais do sistema formador). A construção dessa flexibilidade requer o estabelecimento de um pacto entre diversos atores: alunos, gestores de saúde, professores dos cursos e empregadores.
- Continuar promovendo a formação de docentes para lidar com esse público específico.
- Investir na confecção de material didático mais condizente com a clientela alvo do PROFAE.

b) *Considerando que o trabalho é um importante espaço de construção/aquisição de conhecimento pelo trabalhador;*



dê indicações de como poderá ocorrer a relação entre o conhecimento sistematizado e o conhecimento produzido no trabalho, nos cursos do PROFAE.

- Investir na integração entre ensino, serviço e comunidade.
- Reforçar as atividades de pesquisa, em especial aquelas que avaliam o impacto dos cursos do PROFAE no processo de inclusão e exclusão dos egressos no mercado de trabalho.
- Reforçar a perspectiva educacional que contribui para a formação de um sujeito autônomo, capaz de identificar problemas, propor ações de intervenção e alterar a realidade. Caminhar nessa direção significa encarar a educação como um espaço importante para o questionamento e a busca de alterações dos aspectos deformadores e desumanizadores do trabalho.
- E, finalmente, considerando as dificuldades e carências do sistema educacional, a educação de adultos promovida pelo PROFAE coloca-se, em muitas regiões, como a única alternativa de escolarização básica para esses alunos ou cria um diferencial em relação aos outros alunos da educação básica da rede regular, cumprindo, assim, uma função reparadora, para além do seu papel na formação. É necessário, portanto, que se criem articulações no sentido de desenvolver políticas intersetoriais que promovam uma educação básica de qualidade para todos e que o PROFAE possa focar sua atenção mais na educação profissional.

Reconstruindo a educação profissional em saúde

Propósito

O contexto social contemporâneo no qual estamos inseridos exige que, além de preparação para o trabalho, tenhamos desenvolvido a capacidade de ser pessoa e interpretar o mundo que nos rodeia, desenvolvendo o convívio pautado em cidadania.

O objetivo deste movimento é superar abordagens reducionistas, ajudando a formular e a estabilizar uma política de formação capaz de promover uma aprendizagem significativa e competente, ampliando o sentido e a manifestação de uma prática que tem, no cuidado sustentado em conhecimento, sensibilidade, responsabilidade e princípios éticos sua expressão maior. Nessa perspectiva, este corredor temático teve como propósito refletir sobre as contribuições e desafios do PROFAE no processo de condução de uma Política Pública de Formação em Saúde.

Objetivos

Os objetivos, apresentados a seguir, foram agregados em quatro subtemas que, articulados por questões norteadoras, facilitaram o debate.

- Analisar o compromisso social de escola diante do contexto da formação profissional na área de saúde.
- Discutir a legislação e os princípios que sustentam a educação profissional.
- Analisar os limites e possibilidades do currículo por competências para a formação profissional na área de saúde.



- Estabelecer as relações entre a Escola e o Projeto Político-Pedagógico (PPP).
- Identificar as contribuições que o PROFAE propicia para o fortalecimento da educação profissional na área da saúde.

Metodologia

Para garantir que o trabalho de oficina se constituísse em um espaço de diálogo e reflexão entre os atores com diferentes atuações no PROFAE, este corredor temático utilizou técnicas ativas que possibilitaram interação, troca de experiências e aprofundamento da temática, propiciando a criação de um novo olhar sobre a educação profissional.

No primeiro momento da oficina, foi utilizada a técnica Dinâmica do barbante, que propiciou a aproximação, interação e construção de rede/relações entre os participantes.

Debatendo os subtemas

O compromisso social da escola diante do contexto de formação profissional na área de saúde

Esse subtema foi problematizado a partir de três questões:

a) Que tipo de sociedade queremos ajudar a construir?

Foram reafirmadas as perspectivas de existência social, pautadas em equidade, solidariedade, justiça sociais, que promovam a saúde, a educação e o trabalho como direitos inalienáveis do ser humano, enquanto condições básicas para enfrentamento dos desafios da globalização. Uma sociedade construída coletivamente, respeitando a diversidade, alicerçada nos princípios éticos e democráticos, resgatando o sentido de trabalho como meio de existência humana, em que o respeito, a autonomia e a solidariedade sejam a mola mestra das relações humanas e sociais.

b) Qual o papel da escola na construção dessa sociedade?

A educação e a sociedade têm uma relação orgânica, elas se transformam mutuamente ancoradas pelo desenvolvimento social. Partindo dessa premissa, o debate ressaltou os desejos dos participantes em superar o modelo educacional que enquadra, prescreve e determina. Destacou a importância de caminhar na perspectiva da integração entre teoria e prática e na perspectiva do desenvolvimento de competências que agregue ao desempenho técnico a dimensão ética, a sensibilidade, o compromisso social e a parceria entre os sujeitos que aprendem, que ensinam e que cuidam.

c) Qual o espaço da escola profissional?

A escola profissional deve ser um espaço importante na construção dos princípios da sociedade que queremos. Deve, em concordância com os princípios do Sistema Único de Saúde e da reforma sanitária brasileira, buscar a gestão democrática, participativa e comprometida com esses princípios.

O ensino deve primar pela promoção do exercício da autonomia, da responsabilidade e da ética, além de promover uma formação profissional apta a responder com qualidade aos desafios da dinâmica de trabalho.

A legislação e os princípios que sustentam a educação profissional

A questão do aparato legal enquanto referência para a construção de políticas de formação foi analisada pelos atores sob múltiplos aspectos. Preliminarmente, foi reconhecido o seu uso enquanto balizador de possibilidades e de limites de ação. Nesse sentido, as legislações relativas à educação, ao exercício profissional, aos direitos dos trabalhadores, foram identificadas como códigos norteadores de projetos, inclusive o político-pedagógico.



Mesmo tendo a lei como referência, foram ressaltados atributos do seu uso e interpretação. Neste aspecto, os códigos possibilitariam: múltiplas e às vezes conflitantes interpretações e apropriações; defesas de interesses sensíveis a influências; visões parciais e intencionais do seu conteúdo; assim como uma apropriação sensível e dirigida por um ideário maior, pautado em conceitos como solidariedade e inclusão social.

Foram também ressaltados elementos do aparato legal que direcionam a formação, com ênfase nos princípios: de autonomia, da flexibilidade, do delineamento de competências, da construção conjunta, processual e multidisciplinar desses referenciais de desenvolvimento humano.

Frente a essas considerações foram destacados os conceitos *princípio da liberdade e ideal da solidariedade* (Artigo 2- Lei 9.394/96 – LDB), assim como as finalidades da educação brasileira em sua tríplice dimensão: pleno desenvolvimento do educando, preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho enquanto bases para a consolidação de abordagens potencializadoras da aprendizagem.

No contexto atual de mudanças no processo de trabalho em saúde e na organização do trabalho pedagógico, com a constante introdução de inovações curriculares em busca de melhorias na qualidade da formação profissional, salientou-se a necessidade de considerar a flexibilidade, a interdisciplinaridade, a contextualização, a unicidade da relação teoria-prática e o respeito aos valores éticos, estéticos e políticos como balizadores de projetos de formação.

Complementando as considerações, a relação educação-trabalho nos remete a cenários em que ocorre a noção progressiva que tinha o trabalho como sujeito, o trabalhador como objeto e o processo de trabalho como responsabilidade individual. Surgem abordagens que passam a estabelecer uma interlocução entre educação e trabalho, numa interação de dupla via.

Essa perspectiva avança no sentido de superar a noção de que a educação seja ou tenha um objetivo em si mesma; quebrar a lógica da divisão do trabalho (manual x intelectual); construir

estratégias questionadoras e transformadoras do próprio processo de produção; promover a formação de sujeitos capazes de pensar, fazer e criar com autonomia; maximizar a utilização de seus produtos e recursos de forma solidária; estabelecer e manter relações sociais e harmônicas com a natureza.

No âmbito do trabalho, conquistas apontam para uma concepção e expressão criadora e transformadora pautada em acesso ao mercado de trabalho e participação social enquanto estratégia para assegurar condições de vida mais digna; uma construção coletiva, polivalente e integrada que possibilite o exercício da autonomia, potencializando uma nova forma de organização.

Teríamos nesses atributos que reconstituem interações e expressões da relação educação-trabalho uma perspectiva complementar, processual e competente de potencializar a formação profissional em saúde.

O currículo por competência e a educação profissional

O currículo por competência foi discutido a partir da reflexão sobre seus limites e possibilidades e provocação relativas à visão do mundo do trabalho, centrada na tríade qualificação x competências x certificação.

Como abordagem inicial, foram considerados aspectos conceituais do currículo, definindo-o como um conjunto flexível, articulado, em aberto, de conteúdos de diferentes naturezas, sustentado por referenciais teórico-metodológicos, pautado em princípios e apto a reconhecer especificidades, quer na perspectiva do contexto, quer na perspectiva dos atores sociais envolvidos.

Em seguida foram verbalizadas expressões que associam, ao conceito de competência, elementos como valores, conhecimentos, habilidades, experiência prática e capacidade de inferir, de julgar e de deduzir. Essa perspectiva conceitual foi ampliada na medida em que agregou a discussão do ser, do saber e do saber-fazer de forma competente, responsável, sensível e ética.

De acordo com a discussão do grupo, o currículo por competências implica romper com o paradigma mais



conservador que vê as disciplinas de forma fragmentada e dicotomiza as relações teoria x prática, sujeito x objeto e conhecimento científico x conhecimento de senso comum. Nesse sentido, o currículo por competência deve ter como base os seguintes aspectos:

- A relação entre poderes, saberes e fazeres.
- A participação do aluno na construção do currículo, assumindo responsabilidades.
- O reconhecimento dos saberes do aluno e dos elementos culturais da sociedade.
- A flexibilidade no processo de trabalho escolar, na produção e organização do conhecimento.
- O investimento em saberes/experiências de aprendizagem aptos a promover e a utilizar múltiplas expressões do pensamento, formando uma rede integrada de conhecimentos, valores, atitudes, conceitos, ações e sentimentos.

Ressaltou-se que o processo ensino-aprendizagem articulado em currículo por competência é dinâmico, contínuo e necessita de um processo de avaliação para realimentação e reconstrução da proposta, configurando-se como desafio em validação no âmbito da formação em enfermagem.

A escola e o projeto político-pedagógico

Esse momento foi alavancado por quatro questões norteadoras:

- Qual a contribuição e a importância do Projeto Político-Pedagógico, no sentido de nortear a escola no processo de construção coletiva de sua identidade?
- Como o Projeto Político-Pedagógico pode contribuir para que a escola construa projetos de formação profissional para os trabalhadores do SUS?

- Em que medida o Projeto Político-Pedagógico contribui para a articulação entre a escola e o SUS?
- De que modo o PROFAE pode contribuir para alavancar a elaboração do Projeto Político-Pedagógico que contemple a articulação com o SUS?

A discussão desse tema agregou duas abordagens complementares. Uma privilegiou a questão conceitual, identificando os seus elementos constitutivos e a outra, no âmbito analítico, considerou as condições objetivas de implementação desses projetos.

No âmbito conceitual, o Projeto Político-Pedagógico foi concebido como um processo permanente de consolidação de idéias. Ele pretende ser um documento norteador, dinâmico, flexível, construído de forma participativa, constantemente avaliado, objetivando definir as ações e os rumos da escola, de acordo com a sua visão, princípios e valores.

O Projeto Político-Pedagógico dá visibilidade (clareza) ao que se quer, para quem se quer e como se quer. Desencadeia um processo de co-responsabilidade, no caso das escolas públicas, com o SUS, ao reafirmar os seus princípios e ao se alinhar à Reforma Sanitária.

No aspecto formal, foram reafirmados como princípios norteadores da construção do Projeto Político-Pedagógico: a autonomia institucional de proposição, outorgada pela LDB; a preocupação com a identidade, marcando a especificidade institucional – uma especificidade construída em conjunto com a comunidade escolar, compondo parcerias, articulando órgãos e identificando demandas; a definição do referencial pedagógico e metodológico que articule e sustente uma abordagem de ensino-aprendizagem tendo em vista potencializar a implementação do Projeto Político-Pedagógico como um todo.

A consolidação desse projeto pressupõe responder a temas essenciais e constitutivos dessa identidade e que envolvem as seguintes questões:



- Qual a concepção de homem, mundo e sociedade?
- Qual a concepção de cidadania?
- Qual a concepção de profissional da saúde?
- Qual a concepção de conhecimentos, saberes e currículo na área da saúde?
- Qual é a relação e a concepção de teoria e prática na área da saúde, ou seja, saúde e trabalho?
- Como se dá a relação entre educação, saúde, trabalho e SUS?

Proposições

- Implementar estratégias articulando os diferentes níveis de gestão em saúde, no sentido de efetivar o PROFAE, enquanto política pública responsável pela formação profissionalizante.
- Reconsiderar a relação administrativo-pedagógica do projeto, no sentido de solucionar entraves à sua plena efetivação, ou seja, garantir o professor no programa por meio do cumprimento do contrato entre projeto e operadora; agilizar as capacitações no sentido de fortalecer a inserção sustentada dos novos professores; avaliar a possibilidade de flexibilizar os tempos de formação, considerando os diferentes contextos em que o projeto se insere.
- Sensibilizar os gestores da importância da manutenção administrativa e financeira das escolas técnicas de saúde como meio de garantir a sustentabilidade da escola e de dar continuidade à sua missão, que é a formação de trabalhadores de nível médio para o Sistema Único de Saúde.

Tendências da avaliação em educação profissional

Propósito

O corredor temático “Tendências da avaliação em educação profissional” teve como propósito identificar e sistematizar a compreensão dos atores participantes (formuladores, executores e alunos do PROFAE) no que diz respeito à avaliação em educação profissional, na perspectiva de contribuir para definição e difusão de um “modo de entender e fazer a avaliação”. Este corredor foi organizado em três oficinas de trabalho.

A concepção adotada nas oficinas é a que compreende a avaliação como um processo de produção do conhecimento que se dá no contexto das relações sociais e contempla o conjunto das experiências dos sujeitos envolvidos, seus sentimentos, emoções, idéias e, especialmente, a necessidade de reflexão sobre o fazer cotidiano desses sujeitos.

Objetivos

- Disponibilizar informações e trocas de experiências sobre os processos vivenciados pelos participantes, tomando como cenário a experiência no PROFAE.
- Analisar a concepção de escola que sustenta a proposta do PROFAE.
- Propor diretrizes para os processos de avaliação desenvolvidos pelo PROFAE.



Metodologia

As oficinas de trabalho, operacionalizadas neste corredor temático, utilizaram o Grupo Focal como base metodológica para os trabalhos.

O Grupo Focal é um procedimento de coleta de dados, muito utilizado em pesquisas de avaliação de políticas educacionais e em ciências sociais de modo geral, com abordagem qualitativa. Esse procedimento permite que se obtenha e se organize em pouco espaço de tempo um grande e extenso conjunto de informações sobre o tema em questão. Da mesma forma, permite que os sujeitos envolvidos expressem seus conhecimentos, sentimentos, emoções e expectativas, de maneira espontânea, dando, desse modo, sentido e significado aos dados coletados.

Permite, ainda, a captação de diferentes pontos de vista e, ao mesmo tempo em que cada participante está pensando e emitindo opinião a partir do seu ponto de vista, todo o grupo pode ir construindo uma visão de conjunto.

Para a organização dos Grupos Focais nas oficinas, foram utilizadas, também, técnicas lúdicas com o objetivo de integrar os participantes e criar um clima de descontração e confiança na discussão dos temas propostos, permitindo a livre expressão deles.

A idéia de utilizar os Grupos Focais com técnicas lúdicas teve também por objetivo desconstruir o olhar tendencioso sobre o significado tradicional dos processos de avaliação, geralmente identificados como processos autoritários, classificatórios e hierarquizados.

Pretendeu-se, ainda, que os participantes, ao mesmo tempo em que vivenciassem as dinâmicas propostas, obtivessem informações sobre as possibilidades do uso dessas técnicas como recursos para o desenvolvimento de pesquisas e processos de avaliação de políticas em seus próprios ambientes de trabalho.

Questões norteadoras para discussões nos grupos

- a) Quais são os aspectos mais relevantes do PROFABE como uma política pública de formação profissional?
- b) Quais os aspectos positivos e negativos dessa política de formação?
- c) Quais proposições podem nortear a avaliação do PROFABE como uma política pública de formação de profissionais de saúde? Como avaliar o PROFABE na perspectiva de inclusão social? Que tipo de avaliação o PROFABE deve desenvolver para contribuir com a regulação da prática dos profissionais de enfermagem?

Debatendo as questões norteadoras

- a) *Quais são os aspectos mais relevantes do PROFABE como uma política pública de formação profissional?*

Os participantes, em seu conjunto, puderam opinar várias vezes sobre o significado do PROFABE como uma política pública de formação do profissional da saúde e, de modo geral, houve consenso em relação às seguintes idéias:

- O PROFABE é compreendido como um projeto descentralizador e capacitador, fundado na gestão participativa em todos os níveis, inclusive na sala de aula.
- O PROFABE propicia oportunidades de situar e qualificar as instituições envolvidas no processo de formação de recursos humanos para a saúde.
- O PROFABE propicia a qualificação/requalificação dos profissionais, possibilitando a melhoria das práticas.
- O processo de licitação do PROFABE é considerado, pelas instituições selecionadas, como um qualificador



em si da competência da instituição, no panorama nacional.

b) Quais são os aspectos positivos e negativos dessa política de formação?

As distintas experiências entre os participantes provocaram algumas divergências em relação ao que poderia ser considerado positivo ou negativo em determinadas situações. Todavia, foi possível relacionar, consensualmente, alguns aspectos positivos e negativos, que são indicativos das possibilidades e limites da referida política de formação.

Aspectos positivos

Os pontos a seguir foram ressaltados como fundamentais para o sucesso do projeto como um todo, devendo, neste sentido, serem mantidos e ampliados como princípios básicos:

- Ênfase nas relações humanas (ética, saber ouvir e acolher) e no conhecimento científico, com vistas à humanização do processo de ensino/aprendizagem.
- Ênfase na visão holística, entendida como uma formação integrada, interdisciplinar, claramente expressa no projeto político-pedagógico.
- Fortalecimento da competência técnica e didática dos enfermeiros.
- Valorização dos conhecimentos sobre ética, para além da discussão do código de ética profissional, contemplando valores e atitudes éticas trabalhados de forma transversal nos cursos, em articulação com a prática através de situações-problema.
- Os cursos financiados/promovidos pelo PROFAE apresentam um grande diferencial em relação aos cursos tradicionais, tendo como palavra síntese a

“humanização” e como estratégia o “aprender a receber”, ao lado do “aprender a dar” e também do “aprender a aprender” e do “aprender a ser”. Reconhece-se o dinamismo dos professores, com adoção de novas metodologias de ensino e avaliação que reduziram desistências do curso e formaram profissionais com novas atitudes.

- O aluno incorporou a “consciência do fazer diferente” e se sente privilegiado por ter passado por um curso desses, mesmo nas primeiras turmas, quando os processos foram mais difíceis. A auto-estima dos alunos foi elevada.
- O projeto oferece oportunidade de qualificação pedagógica para os docentes.
- Amplia a valorização pessoal, profissional e de participação social dos egressos e amplia a perspectiva de empregabilidade no setor saúde.
- A metodologia utilizada na formação pedagógica está repercutindo em mudanças na formação de auxiliares e técnicos de enfermagem.
- O PROFAE tem favorecido o diálogo entre os ministérios da Saúde e da Educação, permitindo a diplomação profissional.

Aspectos negativos

- Dificuldades do professor relacionadas a adoção de metodologias inovadoras no processo de ensino-aprendizagem.
- Em alguns estados, conta-se com limitado número de recursos humanos nas instituições que concentram as responsabilidades de condução de todas as tarefas, o que compromete o desenvolvimento do projeto.



- Embora existam inúmeros avanços identificados, persiste a carência de formação pedagógica dos responsáveis pelo processo de ensino-aprendizagem, tendo em vista a dimensão e abrangência do projeto e as exigências de qualidade que estão postas.
- Persiste, ainda, a tensão na implementação do PROFAE no âmbito municipal devido a conflitos de natureza política.
- A dinâmica do cadastramento tem possibilitado o uso de procedimentos irregulares na entrada dos alunos aos cursos.
- Existe dificuldade para a realização de estágios.
- Acontecem atrasos recorrentes no repasse dos recursos.
- Os valores de remuneração de docentes e supervisores não favorecem a sua permanência no PROFAE.
- O contingente de enfermeiros envolvidos nos Componentes 1 e 2 é numericamente insuficiente e qualitativamente despreparado.
- Conflitos entre as diferentes instâncias do PROFAE.

c) Que proposições podem nortear a avaliação do PROFAE como uma política pública de formação de profissionais de saúde? Como avaliar o PROFAE na perspectiva de inclusão social? Que tipo de avaliação o PROFAE deve desenvolver para contribuir com a regulação dos profissionais de enfermagem?

- O PROFAE deve ser considerado como um processo dinâmico de construção/reconstrução, no qual a avaliação tem a finalidade de orientar as mudanças necessárias e o redirecionamento das decisões.
- Na perspectiva de avaliar o PROFAE enquanto política pública, é importante incorporar à avaliação



a voz do usuário do sistema de saúde. É ele que pode prover as melhores respostas para os impactos provenientes das políticas públicas, a que e a quem elas servem.

- A avaliação da formação realizada pelo PROFAE experimenta todos os dilemas que atravessam qualquer prática pedagógica. Especificamente sobre a avaliação por competências, foi explicitado que as escolas têm encontrado grandes dificuldades para executá-la. Portanto, é um desafio para o PROFAE fazer avançar a avaliação pedagógica nessa direção.
- Os processos de avaliação devem integrar um projeto político-pedagógico e não podem acontecer apenas no final das atividades ou do projeto, dado que tal iniciativa pode significar também uma importante mudança de referencial para o processo de avaliação institucional e de ensino/aprendizagem.
- A concepção de avaliação do processo de ensino/aprendizagem privilegiada no contexto do PROFAE deve ser a que dá lugar ao processo interativo e contínuo, deve ser reabilitadora e direcionada para gerar retornos para o processo de formação.
- A avaliação do ensino/aprendizagem deve considerar instrumentos sensíveis à captação da habilidade latente do aluno, que é uma forma de expressão de sua competência. O que deve ser avaliado é a capacidade do aluno de intervir no mundo do trabalho.

Proposições

Foram apontadas algumas proposições, tendo em vista, o projeto na sua totalidade, e também, o desenvolvimento dos seus processos avaliativos:



- Construir, coletivamente, um projeto de acompanhamento e avaliação do PROFAE, tanto no plano do processo de implementação da política como no plano do processo de ensino/aprendizagem.
- O processo de avaliação operacionalizado nas atividades do PROFAE defronta-se com aspectos inovadores e necessita de melhor definição quanto aos critérios que devem ser adotados. Não se pode desconsiderar que existe uma clara demanda para a criação/manutenção de espaços de discussão visando identificar e definir parâmetros, diretrizes e métodos para a avaliação.
- Abolir a avaliação com caráter punitivo, em favor de uma avaliação contínua, de caráter qualitativo, que integre o processo de aprendizagem do aluno. Realizar também monitoramento e avaliação com os egressos dos cursos de formação.
- Desenvolver processos de avaliação com foco nas competências.
- Reforçar a ênfase nas relações humanas e no conhecimento científico, com vistas à humanização de todo o processo de formação.
- Divulgar os resultados da pesquisa sobre o impacto da formação na qualidade da atenção à saúde da população.
- Propiciar oportunidades permanentes de troca de experiências e de reflexão sobre o trabalho no PROFAE.
- Apoiar a descentralização, no âmbito do PROFAE, do debate e a reflexão coletiva sobre o processo de avaliação.
- Divulgar bibliografia referente à avaliação.

- Ampliar as ações de educação continuada para todos os envolvidos no projeto.

Tecnologia em educação

Propósito

A informação e o conhecimento, aliados à tecnologia, tornam-se questões estratégicas para a nossa sociedade, em especial quando se trata da formação de recursos humanos na área da saúde. Novas tecnologias de informação e de comunicação constituem-se ferramentas estratégicas para o acesso às novas formas de organização do conhecimento, para as relações entre indivíduos e grupos sociais e também para o fortalecimento dos diferentes contextos socioculturais no âmbito da “Sociedade do Conhecimento”. Neste contexto, levamos em conta que o irreversível fenômeno da globalização coloca questões críticas aos países em desenvolvimento, tais como: inclusão social e tecnológica, identidade cultural, autonomia e soberania. Não é de hoje o fato de que os países em desenvolvimento são encarados como mercados emergentes pelo sistema capitalista e a “Sociedade do Conhecimento e da Informação” é um novo elemento predominante desse mesmo modo de produção.

A formação de recursos humanos na área da saúde e no âmbito do PROFAE, em particular, leva em conta a integração educação-trabalho, tão fundamental como a nova perspectiva das instituições deste século. Esta abordagem de aprendizagem supera as tradicionais estratégias educativas de transmissão de informação,



oferecendo uma visão integral do homem, do conhecimento e da sociedade. O modelo pedagógico e o tecnológico adotado pelo PROFAE estão enraizados nestes princípios.

Nessa perspectiva, este corredor temático teve o propósito de refletir sobre a utilização da tecnologia em educação no desenvolvimento das atividades do PROFAE.

Metodologia

Os participantes deste corredor temático foram distribuídos em quatro grupos de trabalho que discutiram o tema “Tecnologia Educacional”, organizado em três eixos ou subtemas, problematizados pelas seguintes questões norteadoras:

- a) Considerando a diversidade social, econômica e cultural do Brasil, como a tecnologia pode contribuir para o acesso à educação?
- b) O modelo pedagógico do PROFAE possibilitou que os diferentes atores envolvidos adquirissem a competência de autogestão da aprendizagem?
- c) Como a tecnologia pode contribuir para o processo de autogestão da aprendizagem?
- d) Qual o nível de incorporação tecnológica vivenciada nas diferentes instâncias do PROFAE e que avaliação se faz deste processo?
- e) A visão integradora de educação, tecnologia e trabalho adotada no PROFAE possibilitou a aquisição de autonomia, cidadania, participação social, melhoria de qualidade de vida e dos serviços de saúde e educação?

Debatendo os eixos temáticos e fazendo proposições

Eixo temático 1: Inclusão tecnológica

a) *Considerando a diversidade social, econômica e cultural do Brasil, como a tecnologia da comunicação e informação pode contribuir para o acesso à educação?*

A inclusão tecnológica foi discutida a partir do questionamento do conceito de tecnologia, considerada uma extensão da ação humana que vai além dos recursos tecnológicos. Neste contexto, foi registrado que há uma heterogeneidade¹ entre o grupo de educandos que provoca o instrutor, movendo-o em busca de soluções para lidar com as diferenças. Essa situação tem como resultado o uso da criatividade, que vai se expressar sob a forma de diferentes estratégias de ensino-aprendizagem. O instrutor, por sua vez, instiga o educando, gerando um processo de construção conjunta de uma tecnologia em educação adequada à realidade vivenciada.

Contudo, para que esse processo de construção conjunta ocorra, o aluno deve ter o mínimo de condições para desenvolver suas capacidades. A utilização de tecnologias apropriadas à realidade possibilita ao educando uma maior participação no processo: é a tecnologia como extensão da ação humana, por meio da qual ele vai construindo sua cidadania.

É fundamental a desmistificação do conceito de tecnologia como recursos/equipamentos (oferecidos pela indústria); a tecnologia é formada por princípios de conhecimento, processos de aplicação e produtos, numa relação de aprender a aprender. É um novo fazer pensado a partir de uma nova lógica, na qual a criatividade vem superar a ausência de recursos e produtos tecnológicos convencionais. Portanto, tecnologia adequada é aquela que o aluno tem em mãos, mesmo que se

¹ Heterogeneidade dos alunos causada por um quantitativo significativo de inscrições indevidas (não-trabalhadores da saúde) e pelas diferenças naturais existentes entre eles.

caracterize pela simplicidade. E, ainda, é tudo o que o professor faz para atender as necessidades de aprendizagem dos alunos.

Na discussão desse recurso como um dos meios para a aprendizagem, foi considerado que não estão sendo oferecidas tecnologias suficientes para viabilizar o ensino, uma vez que faltam livros, manequins e outros materiais didáticos. Além disso, foi mencionada a dificuldade para conseguir espaços adequados (ambiente de aprendizagem) para instalação e utilização de equipamentos.

A partir desses aspectos conceituais de tecnologia, foi discutida a inclusão tecnológica propriamente dita, considerando-a como o acesso à educação, não apenas do aluno, mas do seu grupo familiar e da comunidade. A oportunidade de aprender por si só é inclusiva, lidar com a tecnologia do conhecimento é lidar com tecnologia de inclusão e de humanização.

A inclusão tecnológica também é vista como a apropriação dos recursos já existentes na comunidade, desde os saberes locais até os equipamentos institucionais e materiais. Há “bolsões” nos quais as condições permitem que a tecnologia promova o ensino, e outros nos quais a ausência dessas condições dificulta em muito o processo, como a diferença entre as condições das capitais e do interior dos estados (diferença mais acentuada no Nordeste). Numa análise pontual, o transporte foi citado como tecnologia que possibilita o acesso à informação e à comunicação, que, por sua vez, vão delinear o ambiente de aprendizagem podendo representar a inclusão tecnológica.

Após essa discussão, foram apontadas algumas sugestões:

- Otimização de recursos, atualização das bibliotecas, acesso e utilização da Internet;
- (Re)pensar a tecnologia como uma extensão da ação humana e não restringi-la a recursos e equipamentos mediadores do processo de educação;
- Garantir uma política pública de acesso às tecnologias de informação e comunicação que possibilitem

sustentabilidade, continuidade e manutenção da formação dos profissionais de saúde;

- Disponibilizar amplamente os materiais didáticos necessários;
- Garantir a capacitação continuada de tutores em educação a distância, com ênfase na interdisciplinaridade;
- Financiamento para aquisição de equipamentos de informática e montagem de espaços de aprendizagem (laboratórios de informática, de simulação, multimídia), fortalecendo o desenvolvimento de projetos arquitetônicos;
- Incrementar as bibliotecas nos serviços de saúde para garantir a formação em serviço;
- Capacitação dos trabalhadores (alunos) para o uso da Internet;
- Disponibilizar informações, conhecimentos e materiais didáticos produzidos para os diversos centros formadores, colocando-os em rede;
- Desenvolver estudos dos potenciais regionais de modo a desenvolver uma política de transporte fluvial na Amazônia, entre outras;
- Utilização das tecnologias de informação e comunicação de modo a favorecer as trocas de experiências.

Eixo temático 2: Tecnologia e modelo pedagógico

- a) O modelo pedagógico do PROFAE possibilitou que os diferentes atores envolvidos adquirissem a competência de autogestão da aprendizagem?*
- b) Como a tecnologia pode contribuir para o processo de autogestão da aprendizagem?*



Na discussão sobre tecnologia e o modelo pedagógico, foi enfatizado que a proposta pedagógica do PROFAE, ao se apropriar do método da problematização, permite que a experiência do aluno seja considerada. O aluno se insere no processo de aprendizagem quando parte de sua realidade e das situações reais de trabalho e de vida, quando há um resgate do vivido, da troca de experiências e da complementação de saberes.

No entanto, na discussão geral, o grupo ressaltou que as diretrizes pedagógicas do PROFAE ainda estão distantes de serem concretizadas, uma vez que as escolas necessitam cumprir prazos dos editais de licitação, têm dificuldades de recursos materiais e o sistema de avaliação ainda é calcado em notas, dificultando, portanto, o desenvolvimento da proposta pedagógica do projeto.

Na discussão do modelo pedagógico, foi destacada ainda a autogestão do conhecimento como uma situação que a princípio gera conflito, pois não há o hábito da condução da própria aprendizagem, é um processo no qual o aluno se adapta e cresce. Ele vai assumindo uma visão diferenciada do processo, tomando para si a responsabilidade pela sua aprendizagem, resultando em um processo de autogestão, autonomia, emancipação e fortalecimento do sujeito.

Há uma construção de autonomia do instrutor e do aluno, este último instigado pela utilização de metodologias apropriadas, como a metodologia da problematização, na qual o aluno parte da própria realidade de vida e de trabalho e por isso sente-se inserido e “confortável” para participar e, assim, construir o seu saber. Há um resgate do aprendizado vivido, das competências adquiridas pela experiência e há uma troca de experiências complementada pelos diferentes saberes. Neste contexto, a tutoria se apresenta como a mediação do exercício da autonomia do aluno.

Essa nova postura assumida pelos atores no processo de aprendizagem permitiu a reestruturação das práticas pedagógicas dentro e fora do PROFAE. Este, por estar propiciando um conjunto significativo de experiências, práticas e produções didáticas na área de formação do profissional de saúde, pode constituir-se um grande

centro de referência nacional de educação profissional, possibilitando trocas de experiências em todo o país. Nessa perspectiva, o uso intensivo das tecnologias de informação e comunicação possibilitaria esta troca e uma articulação mais intensa em rede, a partir das diversas experiências produzidas e vivenciadas pelas escolas operadoras e executoras dos Componentes 1 e 2.²

Nas discussões, o grupo destacou, como problema que interferiu no desenvolvimento da metodologia problematizadora, a inversão na implantação do PROFAE, ou seja, o Componente 1 foi implementado antes do Componente 2. Isso fez com que os docentes das escolas operadoras e executoras não estivessem preparados para atuar nesta metodologia inovadora. Assim, o curso de especialização do Componente 2 é uma forma de instrumentalizar e preparar o enfermeiro docente para trabalhar com essa metodologia, dentro das diretrizes estabelecidas pelo projeto.

Ainda sobre a capacitação do instrutor, foi destacado que o instrutor que passa pelo Curso de Especialização em Formação Pedagógica para Educação Profissional do PROFAE tem uma prática diferenciada em sala de aula. Durante o processo de qualificação, o aluno é capaz de apontar as mudanças percebidas no instrutor.

No entanto, alguns instrutores que iniciaram o curso de especialização não conseguiram finalizá-lo pelas dificuldades em acompanhá-lo, por terem mais de um emprego, entre outras, o que faz com que permaneçam como docentes sem a capacitação necessária para esse exercício. Muitos enfermeiros acreditam que o conhecimento da prática de enfermagem habilita-os à prática pedagógica.

² Nota da Relatoria Geral: O Componente 1 é constituído por Curso da Qualificação Profissional de Auxiliar de Enfermagem; Complementação da qualificação de Auxiliar de Enfermagem para Técnico em Enfermagem; Complementação Fundamental. O Componente 2 é constituído por Formação Pedagógica dos Docentes; Sistema de Certificação de Competências; Sistema de Acompanhamento de Sinais de Mercado de Trabalho do Setor Saúde, em Foco em Enfermagem; Fortalecimento das Escolas Técnicas de Saúde do SUS.



Nessa discussão sobre o modelo pedagógico foram ainda pontuados pelo grupo dois aspectos importantes: Primeiro, foram colocadas em evidência as tecnologias hoje disponíveis no PROFAE, no que se refere ao processo de gestão. A trajetória no uso das tecnologias na gestão do PROFAE foi apontada como fundamental para o acompanhamento dos alunos, considerando desde o sistema de informação até o provedor de acesso. Todavia, foi apontada, enquanto problema, a manutenção mensal dessas informações. Um segundo aspecto pontuado diz respeito às dificuldades em conseguir campos de prática com boas condições para o desenvolvimento do processo de aprendizagem, todavia, foi ressaltado que houve descobertas de alternativas para esses campos, embora isso ainda se configure uma dificuldade.

Após as discussões, foram feitas algumas sugestões sobre a tecnologia e o modelo pedagógico, tais como:

- Possibilitar a formação continuada reconhecida institucionalmente, apoiada em tecnologias de informação e comunicação.
- Criar estratégias de incentivos para inserção no projeto.
- Intensificar a integração das equipes e das parcerias.
- Promover a qualificação dos instrutores desistentes da formação pedagógica.

Eixo temático 3: Educação, tecnologia e trabalho

- a) Qual o nível de incorporação tecnológica vivenciada nas diferentes instâncias do PROFAE e que avaliação se faz deste processo?*
- b) A visão integradora de educação, tecnologia e trabalho adotada no PROFAE possibilitou a aquisição de autonomia, cidadania, participação social, melhoria de qualidade de vida e dos serviços de saúde e educação? Como?*

Neste tópico, foi discutida a educação em serviço enquanto uma política pública, em que devem estar articulados diversos segmentos tais como: os Ministérios da Saúde, do Trabalho e da Educação; os Serviços de Saúde Públicos e Privados; os Sindicatos e as Associações de Classe, com a finalidade de estabelecer estratégias que propiciem a formação, a capacitação e a qualificação dos trabalhadores no seu próprio serviço.

O grupo apontou a heteronomia de vínculos empregatícios como um dos fatores que dificultam o processo de educação em serviço. Uma outra dificuldade está relacionada à política de recursos humanos adotada pelas organizações, tanto públicas quanto privadas, uma vez que a grande maioria não proporciona períodos de afastamento (liberação) para formação e capacitação dos trabalhadores. Sendo assim, os profissionais não são estimulados e nem possuem espaço e tempo para se dedicarem à educação continuada. Enfim, não existe nas organizações, de modo geral, uma cultura de aprendizado contínuo e permanente para os trabalhadores.

Outro aspecto considerado nas discussões diz respeito ao processo de construção da autonomia que vem se refletindo por ações e atitudes de reivindicações por melhores condições no próprio ambiente de trabalho.

Embora sem dados estatísticos e comprovações científicas, foram apontadas indicações de melhorias na qualidade dos serviços prestados, por meio dos depoimentos de gestores, secretários, gerentes de serviços, trabalhadores e usuários. Por estes e outros fatores, verifica-se uma mudança na postura dos gestores que, na sua maioria, de início resistentes ao projeto, atualmente buscam pelo programa, negociando os termos da contrapartida.

Além disso, a capacitação dos trabalhadores da saúde vem exercendo uma forte pressão sobre os enfermeiros que estão no serviço. Estes passam a sentir a necessidade de se qualificarem, de buscarem maior conhecimento, apontando para um futuro de aperfeiçoamento e atualização contínua.

A formação do técnico de enfermagem (curso de complementação oferecido pelo PROFAE) foi um outro ponto



destacado. O grupo levantou que há uma desmotivação por parte deste profissional (aluno) pela falta de indefinição do seu papel no mercado de trabalho e porque, na maioria das vezes, ele recebe o mesmo salário que o auxiliar, não tendo nas organizações de saúde um efetivo plano de cargos, carreiras e salários compatíveis com as categorias profissionais. Acrescido a esta situação, foi citada a Lei do Exercício Profissional, que não explicita quais são realmente as atividades que devem ser executadas pelo técnico de enfermagem, sendo questionado o que se entende por “ações de alta complexidade”, citadas na lei.

A desmotivação por parte dos técnicos de enfermagem foi atribuída também às condições encontradas nos campos de estágio para desempenharem adequadamente o que lhes foi ensinado. Há uma falta de recursos/equipamentos nas instituições de saúde que não permite uma prática condizente com a proposta. Não há como utilizar a criatividade o tempo todo, há momentos nos quais se necessita dos recursos para garantir a qualidade do ensino e a satisfação do aluno.

Finalizando a discussão, foram apontadas algumas questões relacionadas à tecnologia de informação e comunicação na saúde: resistência à incorporação de novas tecnologias no processo de trabalho, necessidade de consolidação de sistemas de informação e comunicação, credibilidade e prontuário eletrônico.

Como sugestões para a relação educação/trabalho/tecnologia foram apontadas as seguintes questões:

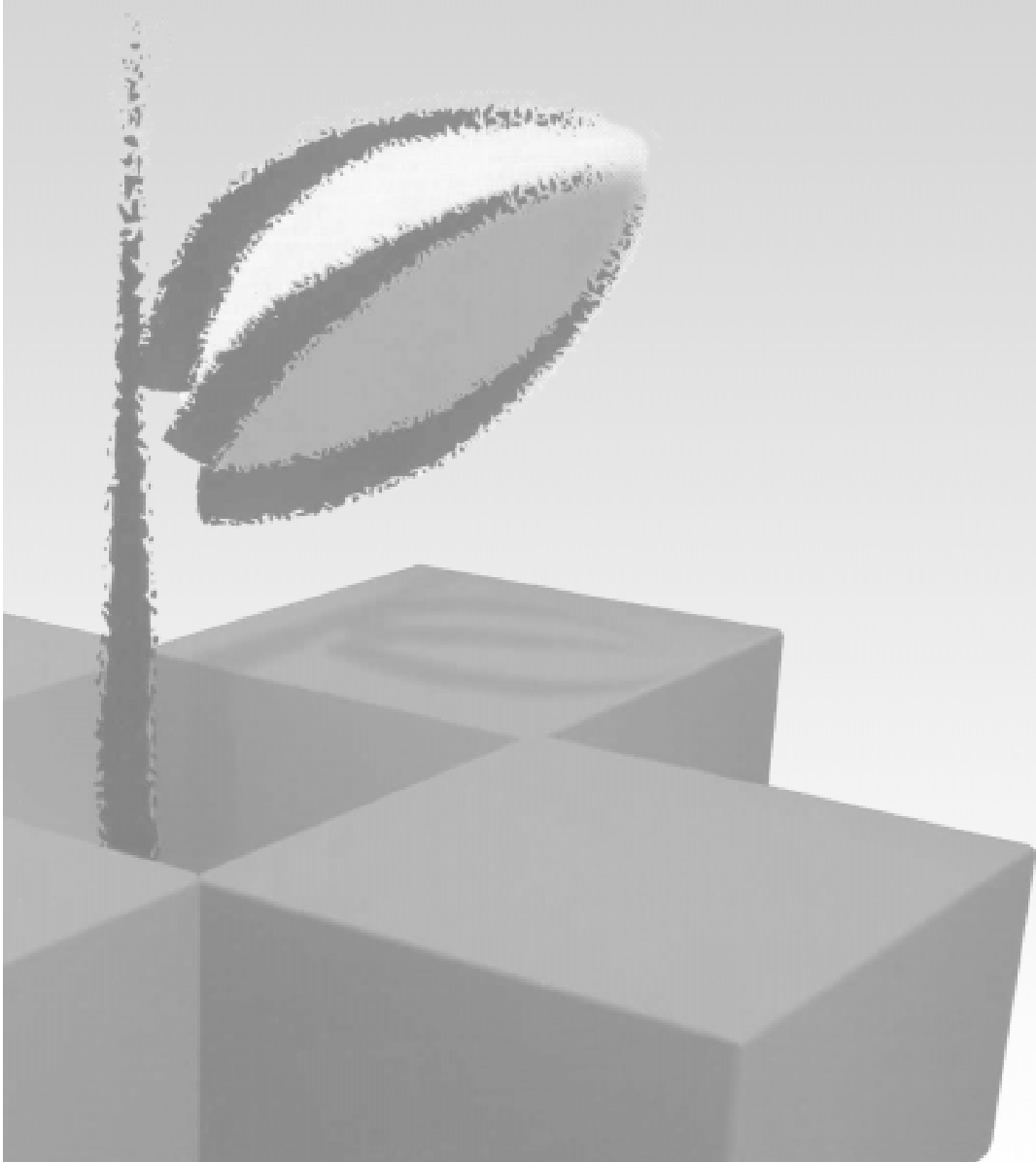
- Melhoria e ampliação dos campos de prática supervisionada.
- Divulgação do PROF AE junto às equipes multidisciplinares na área da saúde.
- Intensificação da cultura de auto-aprendizagem no aluno.
- Promover uma política de educação profissional. Isso significa: garantir a formação continuada institucional (potencializada pelas Tecnologias de Informação e

Comunicação/TICs), acompanhada de uma política de valorização profissional (Plano de Cargos, Carreiras e Salários).

- Garantir a incorporação do técnico de enfermagem formado pelo PROFAE, no serviço público.
- Promover a associação do ensino e da pesquisa nos trabalhos desenvolvidos no PROFAE.
- Fazer com que o PROFAE seja uma das fontes de financiamento de pesquisas na área de formação dos trabalhadores em saúde.



A N E X O S



Programa

Objetivos

- Consolidar o modelo gerencial do PROFAE e suas orientações estratégicas na execução da política de formação profissional.
- Analisar as possibilidades técnicas e políticas visando a ampliação do modelo PROFAE em outras áreas profissionais.

9/12/2002 – Segunda-feira

19h - Abertura

19h30 - Conferência: Saúde e Educação no Mundo Globalizado

Conferencista: Hugo Sérgio Mercer

Assessor do Programa de Recursos Humanos da Organização Mundial de Saúde – OMS/Genebra

Coordenação: Jacobo Finkelman

Representante da Organização Pan-americana da Saúde no Brasil

20h30 - Lançamento do livro *PROFAE: Educação Profissional em Saúde e Cidadania*

10/12/2002 - Terça-feira

08h30 - Painel 1: Políticas Públicas na Formação Profissional

Carlos Jamil Cury

Membro do Conselho Nacional de Educação e professor da Faculdade de Educação da UFMG.

Antônio Ivo de Carvalho
Representante da Presidência da FIOCRUZ.

Pedro Luiz Barros Silva
Professor do Departamento de Economia da
Universidade de Campinas e Coordenador da
Avaliação Institucional do PROFAE

Rose Marie Inojosa
Representante da Secretaria Municipal de Saúde de
São Paulo

Coordenação: Ângela Barreto
Coordenadora de Educação da UNESCO

10h30 - Entrega do Prêmio UNESCO/PROFAE de
Incentivo à Gestão Escolar da Formação
Profissional

Jorge Werthein
Representante da UNESCO no Brasil

11h - Corredor Temático – Trabalho de Oficinas

13h - Almoço

14h - Conferência: PROFAE: Resultados e Desafios

Conferencista: Rita Sório
Gerente Geral do PROFAE/MS

15h30 às 18h - Corredor Temático – Trabalho de Oficinas

18h - Lançamento do livro *Izabel dos Santos: a arte e a
paixão de aprender fazendo*

11/12/2002 - Quarta-feira

08h30 - Painel 2: PROFAE como Política Pública: As
Mudanças na Escola/ Universidade /Serviço

Marcos Borato Viana
Vice-reitor da Universidade Federal de Minas Gerais

Ricardo Burg Ceccim
Diretor da Escola de Saúde Pública do Rio Grande do Sul

Andressa Silva dos Santos
Aluna da Profissionalização e Escolarização

Solane Maria Costa
Aluna da Especialização – Formação Pedagógica

Coordenação: José Paranaguá de Santana
Consultor de Recursos Humanos da OPAS/OMS – Brasil

10h30 - Corredor Temático – Trabalho de Oficinas

13h - Almoço

14h - Plenária das Oficinas Temáticas: Construindo uma Política de Formação Profissional em Saúde

Coordenação: Roseni Sena
Professora da Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais

16h - Conferência: Escola e Trabalho: Desafios e Oportunidades na Construção de uma Política Pública de Formação Profissional em Saúde

Conferencista: Miguel Arroyo
Professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais

Coordenação: Rita Sório
Gerente Geral do PROFAE/MS

17h às 18h - Encerramento

Apresentação Cultural



Lançamento de livros

PROFAE: educação profissional em saúde e cidadania.

Janete Lima de Castro (organizadora) Brasília: Brasil, Ministério da Saúde, 2002. 228p,:1. – (Série F. Comunicação e Educação em Saúde)

Coletânea de artigos de um grupo de colaboradores, investigadores, docentes e alunos do Projeto de Profissionalização de Trabalhadores da Área de Enfermagem, pertencentes a instituições de ensino e a instituições do Sistema Único de Saúde. Organizada em três capítulos – As múltiplas faces do PROFAE; Investigando os avanços do PROFAE e Experiências dos núcleos de educação a distância – esta publicação tem o mérito de reunir textos que merecem a atenção dos atores que transitam no raio de abrangência do PROFAE e, mais, ainda daqueles que atuam na área de recursos humanos de saúde.

Izabel dos Santos: a arte e a paixão de aprender fazendo.

Janete Lima de Castro, José Paranaguá de Santana, Roberto Passos Nogueira. Natal (RN): Observatório RH NESC/UFRN, 2002. 128p.

Entrevista com Izabel dos Santos, referência máxima, no País, em recursos humanos no setor saúde e idealizadora do Larga Escala – amplo movimento, desencadeado na década de 1980, de formação de pessoal de nível médio.

Registra as memórias de Izabel dos Santos sobre o movimento de reforma da educação técnica em saúde que ela liderou durante duas décadas. Mais ainda, expõe o retrato de uma mulher forte, de paixão radical que converteu seus esforços na direção do projeto que ela elegeu como sua razão de viver.

Equipe técnica dos corredores temáticos

Coordenadoras: Marisa Antonini Ribeiro Bastos
Matilde Meire Miranda Cadete

Corredor temático: *Educação, saúde e sociedade*

Especialistas: Antonia Vitória Soares Aranha
Júlio César França Lima

Moderadoras: Célia Verçosa
Isabel Cristina Frade
Inês Martins

Reladoras: Adriana Duarte
Mônica Vieira
Ângela Vieira

Corredor temático: *Reconstruindo a educação profissional em Saúde*

Especialistas: Ilma Passos Alencastros Veiga
Rosemery Andrade Lentz

Moderadoras: Eleonora Cristina Luz Stocco
Maria Tereza Marques Amaral
Eliani Costa

Reladoras: Cleonete Argenta
Cilene Costardi Ide
Janelice de Azevedo Naves Bastiani

Corredor temático: *Tendências da avaliação em educação profissional*

Especialistas: Ângela de Freitas Dalben
Cristina Melo

Moderadoras: Elza Vidal de Castro
Maria Auxiliadora Córdova Chistóforo
Sylvia Garcia Rodrigues

Reladoras: Ana Lúcia Amaral
Maria Eunice X. Kalil
Sandra M. Chaves dos Santos

Corredor temático: *Tecnologia em educação*

Especialistas: Eliane Marina Palhares Guimarães
Miriam Struchiner

Moderadores: Francisco José Lobo Neto
Juliane Corrêa
Flávia Resende
Nelson Preto

Reladoras: Carla Aparecida Spagnol
Maria Isabel Antunes Rocha
Eliane Aparecida Villa
Maria de Fátima Sousa de Oliveira Barbosa



1^o
**FÓRUM
NACIONAL
DO PROFAE**

CONSTRUINDO
UMA POLÍTICA
PÚBLICA DE FORMAÇÃO
PROFISSIONAL EM SAÚDE

Coordenação Geral

Roseni Sena

Coordenação dos Corredores Temáticos

Marisa Antonini Ribeiro Bastos

Matilde Meire Miranda Cadete

Relatoria Geral

Janete Lima de Castro (coordenadora)

Maria Inês Martins

Rosana Lúcia Alves de Vilar



Este livro foi composto em Elegant Garamond
pela *UNA produção gráfico-editorial*
(una2812@hotmail.com)
e impresso no Distrito Federal
em papel pólen soft 80 g/m² (miolo)
e cartão supremo 250 g/m² (capa)
para o Ministério da Saúde do Brasil,
em julho de 2003.